



Esboço historiográfico e indicações de fontes documentais para o estudo da história da medicina, da saúde e da doença no Brasil oitocentista

Alisson Eugênio

Prof. Adjunto da Universidade Federal de Alfenas, pós-doutor pela Universidade Federal de MinasGérias.
alissoneugenio@yahoo.com.br

RESUMO: Esse artigo apresenta uma discussão historiográfica e uma exposição de fontes de pesquisa sobre temas relacionados com saúde na sociedade escravista brasileira, com o objetivo de servir de guia para os interessados em desenvolver trabalhos no campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, História da Medicina e Fontes de Pesquisa.

ABSTRATCT: This article presents a historiographical quarrel and an exposition of research sources on subjects related with health in the Brazilian slavery society, with the objective to guider for the interested parties in developing works in the field of studies of the history of the medicine, the health and the illness.

113

KEYWORDS: Historiographical, History of the medicine, Research sources.

Esboço historiográfico dos estudos sobre história da medicina, da saúde e da doença

Apesar de há pouco mais de duas décadas a historiografia no campo de estudos especializado em história da medicina, da saúde e da doença ter sido impulsionada no Brasil, pode-se dizer que hoje ele está plenamente consolidada, pois há vários indicadores que confirmam isso (a quantidade de dissertações e teses que vem sido concluídas no país, os inúmeros eventos acadêmicos, os diversos grupos de estudos, os simpósios inseridos na ANPUH, e programas de pós-graduação dedicados a esse campo, como a da FIOCRUZ; instituição esta que tem uma tradicional e bem conceituada internacionalmente revista, a *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*).

Por isso, um levantamento sobre a produção historiográfica especializada em tal campo de estudo seria um trabalho hercúleo, razão pela qual o que se segue nesse artigo é apenas um esboço, e como tal incompleto, do abundante conjunto de textos das mais diversas naturezas escritos pelos historiadores que se interessaram pela história da medicina, saúde e doença,



acrescido de algumas indicações de documentação para o estudo de temas que possam ser abrigado nesse campo de estudos, que poderão ajudar a servir de guia para os pesquisadores que estão ainda em formação e, por isso, apenas começando a dar os primeiros passos no árduo, mas interessante, ofício do historiador.

Há historiadores que estudaram propostas de confronto às seguintes práticas sociais consideradas pelos médicos nocivas à saúde pública: o enterramento nas igrejas, a aversão à vacinação contra a varíola, a contratação de amas-de-leite e a prostituição. A primeira prática foi pesquisada por José João Reis e por Cláudia Rodrigues, que, respectivamente, mostraram que em Salvador e no Rio de Janeiro os médicos foram personagens centrais no debate sobre a questão da transferência dos cemitérios para longe dos centros das cidades¹. A segunda por Sidney Chalhoub e por Tania Maria Fernandes, os quais revelaram, por um lado, a luta de alguns membros da elite médica para impor a vacina contra a varíola à população, por outro, a resistência de grande parte das pessoas à vacinação, o que gerou constantes tensões na sociedade, até provocar a insubordinação popular contra a obrigatoriedade de se vacinar, ocorrida em 1904, conhecida como Revolta da Vacina². A terceira por Bárbara Canedo Ruiz Martins e Luís Carlos Nunes Martins, que, com o foco na capital do país, descortinaram o esforço médico para convencer o poder público a regulamentar, por meio de lei, e a vigiar, por meio de uma rede de postos médicos especializados em exames de amas-de-leite, o mercado de aleitamento³. A quarta por Magali Gouveia Engel e Luís Carlos Soares, os quais esclareceram que os médicos, ao fornecerem argumentos técnicos para o embasamento das atitudes do Estado em relação ao comércio do prazer, foram um dos principais agentes sociais envolvidos nas controvérsias em torno do controle da prostituição.⁴

114

No vasto conjunto das pesquisas no campo da história da medicina, da saúde e da doença há uma concentração do interesse dos historiadores em relação ao século XIX pelo estudo das instituições médicas e das tensões e interações entre o saber médico acadêmico e o popular.

¹ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Biblioteca da Cidade, 1997.

² CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. 2 ed., Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1999. FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e poder dos homens*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

³ MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos* (Rio de Janeiro, 1830-1890). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1845 a 1890*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985; SOARES, Luís Carlos. *Rameiras, ilboas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Ática, 1992.



Em relação ao primeiro grupo de interesse, a coletânea organizada por Roberto Machado, *Danação da norma*, é um dos seus marcos inaugurais⁵. Pois, trata-se da primeira publicação de autoria um conjunto de pesquisadores das ciências humanas dedicada ao rompimento com o estudo tradicional (descrição de fatos e nomes de instituições médicas e de pessoas que nelas se destacaram) que até então marcava a história da medicina, da saúde e da doença neste país.

Os autores dos trabalhos inseridos nessa coletânea, enfocando o longo período entre a Colônia e a República, apoiando-se no conceito de disciplina elaborado por Michel Foucault⁶, defendem o argumento de que no Brasil, a partir do século XIX, aos poucos o saber médico foi se impondo em algumas instituições (escola, cemitério, hospital, prisão, quartel, etc.) e sendo usado pelo Estado como instrumento de controle social, por meio de políticas sanitárias.

Em seguida, surgiram os trabalhos de Madel Terezinha Luz direcionados ao estudo do processo de institucionalização da medicina na sociedade brasileira, processo esse compreendido por ela como um efeito da construção da ordem burguesa neste país, partindo da interpretação marxista de que o Estado e as instituições que ele apoia são aparelhos ideológicos da classe dominante.⁷

Enquanto na linha teórica do trabalho de Roberto Machado surgiram poucas investigações, como a de Jurandir Costa dedicada ao estudo do enquadramento das famílias nos preceitos de higiene recomendados pelos médicos⁸, na linha teórica dos trabalhos de Madel Terezinha Luz surgiram várias pesquisas. Uma delas é a de Lorelai Brilhante Kury sobre a Academia Imperial de Medicina, que, segundo a autora, foi uma das bases de sustentação ideológica do Estado brasileiro, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, ao ter sido integrada ao quadro das instituições do Império e ter abrigado “intelectuais identificados com a refundação da sociedade escravista”⁹. Outra é a de Sidney Chalhoub, que pesquisou as derrubadas dos cortiços no Rio de Janeiro e o esforço do Estado para vacinar a população, as tomando como exemplo de políticas governamentais de tentativas de controle das “classes perigosas”, que,

⁵ MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁶ “Arte do bom adestramento”, ou “técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de poder”, cuja função é adestrar. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143.

⁷ LUZ, Madel Terezinha. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e LUZ, Madel Terezinha *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁸ COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁹ KURY, Lorelai Brilhante. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, p. 6.



segundo a elite econômica da época, colocavam em risco toda a população devido às suas habitações insalubres e à sua recusa à vacinação.¹⁰

Já que os autores desses trabalhos, ao romperem com a historiografia tradicional, privilegiaram a abordagem da medicina a partir de bases teóricas que lhes permitiram interpretá-la como uma técnica de poder a serviço da ordem assegurada pelo Estado, mostrando de que maneira ela, ao ser institucionalizada durante o século XIX, foi usada como instrumento de controle social, o estudo das demais dimensões históricas desse campo de conhecimento ficou à espera de outros pesquisadores. Por exemplo, o esforço dos seus agentes no Brasil, seguindo a tendência em curso no Ocidente, para consolidá-lo como uma atividade científica em função dos seus próprios interesses profissionais e do seu prestígio social.

Tal esforço foi estudado por três autores ao longo dos anos 1990. O primeiro, Flávio Edler, examinou como a elite médica brasileira se apropriou do saber médico europeu, entre 1854 e 1884, datas em que respectivamente ocorreram as duas reformas no ensino desse campo de conhecimento neste país, para aprimorar a sua prática científica e, assim, ampliar a sua legitimidade profissional¹¹. Com esse objetivo, sustentou-se em uma gama de autores da história da ciência, como Thomas Kuhn¹², que ressaltam o caráter social do saber científico e a sua (re)construção ao longo da história, permitindo-lhe concluir que as reformas no ensino médico brasileiro foram frutos do empenho de uma elite profissional em sintonia com os avanços europeus na sua área de atuação.

O segundo, Luiz Otávio Ferreira, analisou os periódicos médicos brasileiros publicados entre 1827 e 1850, concluindo que eles serviram como um importante recurso intelectual para os profissionais da medicina legitimarem o seu saber, à medida em que possibilitaram a mediação entre eles próprios e entre eles e a sociedade¹³. Para isso, baseou-se principalmente no trabalho de Robert Merton, que explica a institucionalização da ciência como resultado, por um lado, do seu próprio avanço impulsionado pelo engajamento dos seus agentes em busca de novas descobertas, por outro, das demandas sociais destinadas a soluções de problemas práticos da vida cotidiana.¹⁴

O terceiro, Edmundo dos Santos Coelho, investigou na sociedade brasileira do tempo do Império o processo de profissionalização da medicina, que, como no resto do mundo, ainda estava

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1999.

¹¹ EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹² KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹³ FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁴ MERTON, Robert. *Ciencia, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVI*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.



em processo de organização de regras científicas e formalização de normas de conduta dos seus praticantes. Com esse enfoque, revelou que a Academia Imperial de Medicina foi uma instituição estratégica para os seus associados reivindicarem jurisdição sobre os assuntos ligados ao seu campo de conhecimento¹⁵. Com esse intuito, usou como referência teórica o estudo de Eliot Freidson, que analisa as profissões como um universo normativo, dotado de identidades, regras, lealdades e de um mínimo de consenso, que confere aos seus membros a coesão necessária para reivindicações que expressam tanto interesses da própria categoria profissional, quanto interesses públicos, como, no caso dos médicos, a solução dos problemas de saúde.¹⁶

Enquanto esses autores procuravam ampliar os estudos históricos sobre a medicina, pela via da história da ciência ou da sociologia das profissões, outros também na década de 1990 começaram a fazer o mesmo pela via da história cultural, que, aos poucos, vinha conquistando cada vez mais adeptos nas universidades com a diminuição do prestígio do marxismo. Os autores que estudaram no Brasil a história da medicina, da saúde e da doença a partir dessa via privilegiaram a análise das tensões e interações culturais entre o saber médico acadêmico e o popular, quer dizer, de caráter apenas prático e transmitido oralmente, sendo por isso mais acessível à maior parte da população.

Assim, Betânia Gonçalves Figueiredo, estudando “a arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais”, partiu da constatação de que não havia o “hábito de recorrer aos cuidados médicos”, por causa da ausência deles na maior parte da província, dos altos preços das suas consultas e da desconfiança em relação às suas terapêuticas, para observar “outros processos de cura adotados” na época¹⁷. Ao observá-los, percebeu que havia, além de conflitos, interação cultural entre as mais diversas práticas de cura, incluindo as das diferentes vertentes dos médicos, o que a permitiu explicar o porquê de um doutor, por exemplo, “em um momento delicado de uma cirurgia, apelar para Joaquim Nagô”, e, após o sucesso da suposta intervenção deste, “agradecer ao amigo do outro mundo”.¹⁸

Outra pesquisadora, Maria Lúcia Castro Mott, estudou a atuação das parteiras no Brasil do século XIX, destacando a atuação de Mme Durocher, que se tornou uma das mais requisitadas da Corte, chegando a ser nomeada oficial de partos em 1866 na casa imperial, onde atendeu a

¹⁵ COELHO, Edmundo dos Santos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁶ FREIDSON, Eliot. *Profession of medicine*. Nova York: Harper e Row Publishers, 1970.

¹⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 10.

¹⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*, p. 24.



princesa Leopoldina¹⁹. Ao examinar a atuação dessa obstetra popular e o contexto social e cultural que dava sentido ao seu ofício, a autora mostrou que, a partir da criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a elite médica da capital do Império começou a perseguir as parteiras, às quais imputou parte da responsabilidade pelos altos índices de mortalidade das mulheres e seus filhos durante ou no pós-parto. Com isso, criou cursos obrigatórios para a formação das que quisessem continuar praticando a arte da obstetrícia e, ao mesmo tempo, lutou para deslocar o trabalho de parto, que até então era feito nas casas das parturientes, para os hospitais.

Os conflitos entre os médicos e as parteiras também foram pesquisados por Gabriela dos Reis Sampaio, que em uma obra intitulada *Nas trincheiras da cura* revelou, tomando a cidade do Rio de Janeiro como exemplo, que havia uma “guerra” envolvendo os mais diversos agentes da cura, inclusive entre os próprios médicos, motivada pela concorrência por clientes e pelas formas diferentes de concepção dos meios terapêuticos vigentes no século XIX²⁰. Conforme explicou a autora, foram os representantes do saber médico acadêmico os principais protagonistas das “trincheiras da cura”, porque, diferentemente dos demais agentes das artes de curar, eles buscaram monopolizar o trabalho na área de saúde, à medida que a medicina se institucionalizava, com o argumento de que ele só poderia ser exercido por pessoas com formação profissional, em razão do avanço de tal campo de conhecimento.

118

Esse mesmo assunto foi estudado, enfocando também a corte do Rio de Janeiro, por Tânia Salgado Pimenta, que privilegiou o período entre 1828 e 1855, ao passo que Gabriela dos Reis Sampaio deu ênfase à segunda metade do século XIX. Com o objetivo de investigar “o exercício das artes de curar no Rio de Janeiro”, a primeira autora argumenta que a extinção da Fisicatura-mor em 1828 (órgão criado em 1808 para controlar as atividades exercidas pelos agentes da cura), em um contexto histórico marcado por um forte sentimento antilusitano, pode ser considerada um marco do início dos conflitos dos médicos com os demais prestadores de serviço sem formação profissional na área de saúde.²¹

Isso porque com a sua extinção, o país ficou sem autoridade que controlasse o exercício da profissão médica (embora tal órgão permitisse a qualquer pessoa exercer ofícios relacionados às artes de curar, mas desde que fosse examinada e aprovada por uma comissão por ele encarregada

¹⁹ MOTT, Maria Lúcia Castro. *Parteiras e parturientes no século XIX: Mme Durocher e sua época*. 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁰ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

²¹ PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.



de avaliar a sua capacidade para tanto e, além disso, pagasse pelo exame, bem como pela licença que a autorizaria oferecer os seus serviços terapêuticos).

Em um trabalho organizado por Sidney Chalhoub²², esses mesmos conflitos ocorridos no século XIX foram também observados em municípios que ainda não tinham sido investigados, como o de Campinas estudado por Regina Xavier. Essa historiadora explicou que uma das motivações da “guerra da cura”, declarada pelos médicos contra as pessoas que prestavam serviço na área de saúde sem formação acadêmica, era o fato de que, mesmo em localidades onde havia significativa oferta de profissionais nessa área, os curandeiros eram muito populares. Por isso, ela argumenta que a procura pelos seus serviços não pode ser explicada pela falta de médicos, pois, mesmo onde eles estavam presentes, os curandeiros eram muito requisitados, e sim pela maneira (mística e religiosa) como a maior parte das pessoas concebia as causas das enfermidades e os seus processos de cura.

Recentemente, o interesse dos historiadores do campo de pesquisa da história da medicina, da saúde e da doença vem tendendo a se concentrar no estudo de variadas moléstias, cujas análises têm sido, em sua maioria, apoiadas no conceito de representação ou no de imaginário social retirados do quadro teórico da história cultural. Um marco dessa tendência é a publicação da coletânea intitulada *Uma história das doenças* organizada por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho²³, na qual está inserida a pesquisa sobre alcoolismo elaborada por Fernando Sérgio Dumas dos Santos. Esse autor explica de que modo o excesso de bebidas passou a ser percebido como problema de saúde ao longo da segunda metade do século XIX no Ocidente, inclusive no Brasil, ao ser identificado pelos médicos como causa de graves distúrbios, o que contribuiu para a embriaguez começar a ser estigmatizada no imaginário coletivo como mal social.

Nesse vasto conjunto de pesquisas também está inserido o meu trabalho *Reforming Habits: The struggle against poor health conditions in 19th century Brazil*, publicado em 2010. Trata-se da minha tese de doutoramento concluída na USP em 2008, na qual procurei mostrar que a elite médica que atuou no Brasil do século XIX elaborou um ideário reformista para melhorar as condições de saúde do país na época, atacando alguns costumes que eles consideravam danosos à saúde pública, embasados, para tanto, no arsenal teórico iluminista, principalmente no conceito de progresso.²⁴

²² CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

²³ NASCIMENTO, Dilene Raimundo e CARVALHO, Diana Maul (org). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2004.

²⁴ EUGÊNIO, Alisson. *Reforming Habits: The struggle against poor health conditions in 19th century Brazil*. Saarbrücken: Verlag, 2010.



Fontes para a obtenção de dados para estudos no campo da história da medicina, saúde e doença

Grande parte das fontes para pesquisa em tal campo de estudo podem ser encontradas em acervos de diversas instituições, como: Arquivo Nacional, onde encontram-se muitos documentos produzidos pelos órgãos públicos do Império a respeito das condições sanitárias do país, como as inspeções nas embarcações que chegavam ao porto do Rio de Janeiro, avisos destinados aos governos provinciais, como os relativos ao problema de vacinação contra varíola, entre outros, Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, onde estão, por exemplo grande parte das publicações médicas do século XIX e XX, Academia Nacional de Medicina, onde estão as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendidas ao longo do século XIX e os periódicos da Academia Imperial de Medicina, Biblioteca Nacional, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Real Gabinete Português de Leitura, onde estão os livros de medicina e demais periódicos médicos publicados no mesmo período, e Arquivo Público Mineiro. Nessa última estão os relatórios das Câmaras Municipais sobre o estado sanitário dos municípios enviados ao governo provincial. Como o conjunto de tais relatórios de todas as províncias é enorme, foi feita opção pelos produzidos na Província de Minas Gerais para saber se no interior do país, na mais populosa unidade provincial do Império, sede de uma importante instituição médica, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada em 1839, se as propostas destinadas ao combate das más condições de saúde no país, feitas pela elite médica concentrada no Rio de Janeiro e em Salvador, repercutiram nos textos dos médicos que atuavam prestando serviço para o governo imperial.

Os textos escritos pelos médicos (livros, periódicos, teses e relatórios) conservados nessas instituições podem ser classificados, usando como critério a sua destinação, em três grupos: para o governo imperial, para os profissionais da medicina e para os leitores em geral. O primeiro grupo é formado por textos enviados às Câmaras Municipais, ao governo provincial e ao governo central. A partir de 1808, com a instalação da família real no Brasil, os médicos passaram a ser requisitados pelo governo imperial para levantamento de informações sobre o estado sanitário da nova sede da Coroa portuguesa e, principalmente, para a proposição e difusão de soluções destinadas a melhorá-las. Assim, surgiram textos como o de Manuel Vieira da Silva, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, e o de José Maria Bomtempo, *Compêndios de matéria médica*, ambos editados pela Imprensa Régia, respectivamente em 1808 e 1814, sob a ordem do príncipe regente.

120



A partir de 1828, quando as Câmaras Municipais passaram a ter a incumbência de prestar informações sobre as condições de saúde nos municípios, aos poucos elas foram contratando médicos (nem todas puderam contratá-los por falta de recursos financeiros e pela ausência de profissionais da medicina em suas regiões) para fazerem isso. Os dados por eles obtidos eram apresentados em relatórios enviados ao governo provincial, para este ter conhecimento da situação sanitária de toda a província. Em meio às informações inseridas nessa documentação, há um conjunto de propostas para melhorar as condições de saúde nos municípios que ainda não foi pesquisado e, por essa razão, permitirá ampliar o saber histórico sobre o processo de inserção do combate aos problemas provocados pelas doenças na agenda dos interesses públicos.

O segundo grupo de textos médicos que será usado como fonte desta pesquisa é formado: 1) pelos periódicos especializados em medicina, os quais até a década de 1860 foram publicados por corporações científicas especializadas nesse campo de conhecimento; 2) pelos periódicos organizados pela iniciativa particular de alguns médicos; 3) pelas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829 e depois rebatizada em 1835 com o nome de Academia Imperial de Medicina, quando foi integrada ao quadro das instituições do Império, foi a principal corporação médica brasileira do século XIX. Os seus membros organizaram as seguintes publicações periódicas entre 1831 e 1885: *Semanário de saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense*, *Revista Médica Brasileira*, *Anais da Medicina Brasiliense* e *Anais Brasilienses de Medicina*.

A importância dessa instituição, a única que permaneceu em atividade durante todo o Império, se deve ao fato de ela ter reunido um conjunto de pesquisadores cuja maior incumbência era a de contribuir para expandir e divulgar o saber médico por meio dos seus periódicos, e prestar consultoria ao governo imperial em matéria de saúde. Por essa razão, as suas publicações serão essenciais para que se possa conhecer parte das propostas que serão examinadas neste trabalho, junto com outros periódicos, como a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, criada em 1862, e a *Gazeta Médica da Bahia*, criada em 1866, ambas resultantes da iniciativa particular de alguns profissionais desse campo de conhecimento para propagar o seu saber e as suas opiniões sobre os problemas de saúde do país.

Esses periódicos já foram muito usados em estudos sobre a atuação das instituições médicas. Mas, como as informações dos artigos neles publicados são inesgotáveis, muitas delas podem ser aproveitadas para novos estudos, sobretudo as que revelam o empenho de médicos



para superação das más condições de saúde da população e para ampliar a área de aplicação da medicina.

Nesse conjunto de textos podem ser incluídas as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois elas foram escritas, inicialmente, para circulação no próprio universo acadêmico. Em tal instituição, reformada entre 1828 e 1832 pelo governo imperial para aumentar a oferta de médicos no país, foi defendida uma quantidade enorme de teses, as quais em grande parte ainda se encontra pouco explorada na historiografia em geral, inclusive pelos especialistas do campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença. Por exemplo, as dedicadas à análise das causas dos altos índices de mortalidade dos escravos, defendidas entre 1847 e 1853 em meio às tensões em torno da abolição da importação de africanos, foram usadas somente por alguns autores para a descrição das péssimas condições de vida desse setor da população brasileira²⁵. São elas: *A higiene dos escravos*, de David Gomes Jardim, *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil*, de José Rodrigues de Lima Duarte, *Do regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro*, de Antônio José de Souza, e *Algumas considerações sobre a estatística sanitária dos escravos nas fazendas de café*, de Reinhold Teuscher.

De um modo geral, esses autores observaram alguns dos principais problemas de saúde dos escravos e concluíram que as causas de parte deles estavam relacionadas à forma como esses indivíduos eram tratados pelos seus senhores: alimentação inadequada, vestimenta insuficiente, moradia precária, excesso de trabalho e incúria no tratamento das suas moléstias.

Ao chegarem a essa conclusão, defenderam a necessidade de melhoria no tratamento conferido aos escravos por razões humanitárias e econômicas, principalmente nas grandes propriedades rurais onde havia maior concentração da população negra escravizada. Para isso, propuseram medidas visando reformar a exploração do trabalho servil, e a análise destes estudos permitirá entender o papel que a medicina poderia exercer, segundo os médicos que escreveram sobre esse assunto desde a Ilustração, com o intuito de reduzir os altos índices de mortalidade dos escravos.

No mesmo conjunto de fontes, há também teses cujos autores investigaram práticas consideradas perigosas à saúde e propuseram soluções para erradicá-las ou ao menos controlá-las. Uma delas, *Sobre a influência perniciosa das inumações praticadas intra-muros*, foi defendida em 1846 por José Ferreira Passos. Esse autor reforçou os argumentos, reiterando o que alguns médicos já

²⁵ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, que cita o texto de Lima Duarte (1985), p. 25-27; MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p.163, 1983. Cita o texto de Reinhold Teuscher de 1983. MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 362-368. Cita o texto de Lima Duarte e o de David Gomes Jardim de 1978.



tinham alertado nas décadas anteriores, de que a presença de cemitérios no perímetro urbano era contrária à boa conservação da higiene pública. Com isso, sustentou a necessidade de que população aceitasse o deslocamento dos sepultamentos para áreas distantes das povoações, alegando que a putrefação dos mortos causava sérios danos à saúde, motivo pelo qual as igrejas, local até então utilizado para enterrá-los, não poderiam mais ser usadas para esse fim.

A prostituição foi outra prática cujos efeitos na saúde foram estudados em teses médicas. Uma delas, a de João Álvares de Azevedo Macedo Júnior, foi concluída em 1869 com o seguinte título: *Da prostituição no Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde pública*. Nela, mostrou o quanto essa prática estava contribuindo para disseminação de graves enfermidades, como a sífilis. Por essa razão, tal autor defendeu medidas coercitivas contra as prostitutas, como a criação de um regulamento que as obrigaria a se sujeitarem ao exame médico periódico e à vigilância policial permanente, o qual justificou como um recurso necessário para a diminuição dos efeitos da prostituição na saúde pública.

A amamentação feita pelas amas-de-leite também foi objeto de teses médicas quando passou a ser considerada pelos médicos prejudicial à saúde. Uma delas foi defendida por Augusto Álvares da Cunha em 1873 com esse título: *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*.

O aluguel de amas-de-leite era uma prática muito comum no século XIX, sendo um indicador disso a enorme quantidade de anunciantes nos jornais, principalmente proprietários de escravas, oferecendo serviço de aleitamento. Com o avanço da medicina, aos poucos os médicos começaram a confirmar as suas suspeitas da possibilidade de moléstias serem transmitidas pelo leite. Por isso, argumentaram que a mãe somente deveria recorrer a uma ama quando tivesse dificuldade de amamentar o seu filho. Nesse caso, recomendavam aos contratantes certos cuidados para a proteção da saúde das crianças na escolha das pessoas que iriam amamentá-las, como observar a sua constituição física, a sua higiene pessoal e o seu temperamento.

Enfim, essas práticas foram consideradas pelos médicos um dos fatores das más condições de saúde no Brasil do século XIX, e por isso as colocaram no alvo do combate que eles promoveram por meio de suas propostas destinadas à melhora da situação sanitária desse país (uma vez que a saúde havia se tornado um fator do progresso, como explicaram recorrentemente nos seus escritos).²⁶

²⁶ Como DOMSLEN, John, por exemplo, na tese intitulada *Salubridade pública: observação sobre a vital importância da saúde pública em relação à riqueza, poder e prosperidade deste império...* defendida em 1878 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



O terceiro grupo de textos que será usado como fonte neste estudo é formado por obras destinadas aos leitores em geral para servirem como manuais de consulta, particularmente em regiões onde havia pouca, ou nenhuma, oferta de médicos. No Brasil, segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, a circulação de obras com essa característica foi iniciada com a publicação em 1735 do *Erário mineral*, cujo autor, Luís Gomes Ferreira, cirurgião que atuou em Minas Gerais entre 1711 e 1731, ensinava como remediar as enfermidades mais comuns da época.²⁷

Ao longo da segunda metade do século XVIII, os livros voltados ao pequeno círculo de leitores, além dessa finalidade, passaram a conter também propostas para prevenção contra as doenças, cujas causas os seus autores conheciam ou supunham conhecer. Um dos primeiros textos com essa novidade que circularam no espaço colonial português foi uma tradução, editada em Lisboa em 1801, do manual de medicina prática intitulado *Observações sobre as enfermidades dos negros* (escrito por Jean Barthelemy Dazille e publicado em Paris no ano de 1776), elaborada por Antônio José Viera de Carvalho, que também atuou em Minas Gerais, mas nas décadas finais do período colonial.

Essa tradução foi pouco explorada na historiografia brasileira. Pois, antes do meu estudo²⁸, apenas dois pesquisadores a citaram: Maria das Graças Somarriba, que a aproveitou somente em algumas passagens do seu estudo sobre medicina no “escravismo colonial”, no qual concluiu que “o seu tradutor pretendia apenas divulgar conhecimentos úteis” aos senhores de escravos²⁹, e Rafael de Bivar Marquese, que a usou para acessar o texto de Dazille, mas sem analisá-la.³⁰

Depois dessa tradução, surgiram outras publicações com a mesma novidade, dedicadas tanto aos problemas de saúde dos escravos, como a publicada em 1834 com o título de *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico das enfermidades dos negros*, do médico francês radicado no Rio de Janeiro Jean Baptiste Alban Imbert, quanto aos da população em geral, principalmente os das crianças, como a publicada em 1859 com o título de *O médico da primeira infância*, de Antônio Ferreira Pinto.

A primeira delas é direcionada ao estudo das causas das doenças mais comuns dos escravos, com o objetivo de propor meios para curá-las e, principalmente, preveni-las. Por isso,

²⁷ WISSENBACH, Maria Cristina. In: FURTADO, Júnia Ferreira, (org.). *Estudos críticos sobre a obra de Luís Gomes: Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p.141.

²⁸ EUGÊNIO, Alisson. Ilustração, escravidão e condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: Dep. de História da UFMG, v. 25, n. 41, 2009.

²⁹ SOMARRIBA, Maria das Graças G. *A medicina no escravismo colonial*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, textos de sociologia 1, 1984, p. 14.

³⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.



algumas de suas passagens foram citadas para apoiar descrições de moléstias e das condições de vida no cativeiro, como Mary Karash no sexto capítulo da sua pesquisa³¹, Maria de Fátima Rodrigues das Neves³² e Stanley J. Stein³³. Afora isso, apenas Maria das Graças Somarriba procurou explicá-la como resultado das pressões contra o tráfico atlântico de africanos no Brasil, concluindo equivocadamente que o seu autor era francamente abolicionista³⁴. A segunda contribuirá para revelar o que os médicos recomendavam para a redução dos altíssimos níveis de mortalidade infantil na época; níveis que os especialistas em história demográfica mostram terem sido assustadores por causa de diversos fatores, entre eles a extrema pobreza da maior parte da população.³⁵

Há muitos hospitais que possuem acervos, alguns deles organizados, como o da Mineração Morro Velho de Nova Lima, onde pode-se encontrar documentação até para o século XIX. Há também nos jornais impressos, particularmente os do mesmo século, as chamadas “folhas públicas”, na sua quarta página, dedicada aos anúncios, há muita propaganda de remédios que podem servir para pesquisas sobre a forma de atrair consumidores, partindo dos dizeres nos anúncios e as imagens a eles adicionadas. Em anexo há alguns copiados como forma de exemplo do *Diário de Minas* de 1866.

Enfim, há muito ainda que se estudar no campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença, apesar da abundância de pesquisas nela produzidas nessas duas décadas em que ele foi consolidado no Brasil. Então, mãos à obra...

Recebido: 26/10/2011

Aprovado: 23/01/2012

125

³¹ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

³² NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. Mortalidade e morbidade entre os escravos brasileiros no século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9º, 1994. *Anais...* ABEP, 1994.

³³STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³⁴SOMARRIBA, Maria das Graças G. *A medicina no escravismo colonial*, p. 15.

³⁵Sobre a relação entre pobreza e mortalidade infantil, as pesquisas de, entre outros autores, Renato Pinto Venâncio, como o seu livro dedicado às famílias abandonadas (1999), são muito esclarecedoras.